

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emílio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Ana Batista Martins
Diagramação

Estelita Sandra de Matias
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

PERDA DE COMPETITIVIDADE E RELANÇAMENTO DO BRASIL MAIOR

*Gilmar Mendes Lourenço**

Depois de exibir vigoroso movimento de recuperação em 2010, superando as agruras provocadas pela crise financeira internacional, amargadas no final de 2008 e começo de 2009, a economia brasileira, em especial o seu parque fabril, experimentou estagnação dos níveis de produção ao longo do exercício de 2011 e princípio de 2012.

Tal episódio decorreu da conjugação entre a compressão da competitividade das vendas ao exterior e a forte ampliação da entrada de produtos importados, destinados ao suprimento da demanda crescente para consumo das famílias e, em menor proporção, investimentos. A retração externa esteve intimamente associada ao aprofundamento da instabilidade na Europa e à morosa reação das economias dos Estados Unidos (EUA), por conta da elevação dos preços do petróleo em função dos problemas no Oriente Médio, e do Japão, cuja reconstrução pós-tsunami e terremoto de 2011 ocorre em ritmo lento.

Mais precisamente, conforme estimativas preliminares do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o produto interno bruto (PIB) do País cresceu apenas 2,7% em 2011, contra 7,5% em 2010. Trata-se da pior performance desde o incremento de 1,1% em 2003, marcado pelo ajuste recessivo do início da gestão Lula, desconsiderando o recuo de 0,3% de 2009 acoplado aos eventos externos.

A marcha do PIB brasileiro de 2011 pode ser avaliada como bastante reduzida, se for levada em conta a variação de 3,0% da Alemanha, de 9,2% da China e de 6,9% da Índia, por exemplo, e ainda impulsionada pela absorção interna, particularmente pela formação bruta de capital fixo (FBCF) e pelo consumo pessoal, embora com intensidade bastante inferior à do ano de 2010.

A FBCF (inversões em máquinas, equipamentos, construções e obras públicas) sofreu ampliação de 4,7% versus 21,3% em 2010, com apreciável peso das importações (+9,7%), o que provocou queda da taxa de investimento de 19,5% para 19,3% do PIB entre 2010 e 2011. Só a variação na produção de máquinas passou de 30,0%, em 2010, para 6,0%, em 2011. O mais grave é que 41,4% da FBCF compreende o subsetor da construção civil, engordado em 2011 com as aplicações do Programa Minha Casa Minha Vida, que, a rigor, não contribuem, de modo direto ou relevante, para a ampliação da capacidade produtiva da economia.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

O consumo das famílias exibiu alta de 4,1%, configurando a 8.^a elevação anual consecutiva, reflexo da expansão da massa real de rendimentos (4,8%), liderada pelo salário mínimo, e de crédito pessoal (11,0%) – principalmente com o relaxamento monetário imprimido a partir do mês de agosto –, e do prosseguimento da disseminação das ações oficiais de transferência de renda.

Porém, percebeu-se nítida redução de vigor do consumo privado frente a 2010, quando o acréscimo foi de 6,9%, imputada à combinação entre a aceleração da inflação e do endividamento primário da população, a maior seletividade na concessão de crédito por parte das entidades financeiras – sobretudo entre janeiro e agosto, em resposta às medidas macroprudenciais implementadas pelo governo – e a evolução mais moderada do nível de emprego.

Apesar de a desaceleração do ritmo de dinamismo ter sido generalizada, o recuo setorial mais saliente aconteceu na indústria (de 10,4% em 2010 para 1,6% em 2011), sendo que a classe de transformação variou apenas 0,1%, tendo chegado a encolher por três trimestres consecutivos, a partir de abril de 2011, o que caracterizaria o delineamento de um ciclo recessivo, algo que não chegou a ser constatado nem por ocasião da crise energética de 2001 ou durante o *default* mundial de 2008-2009.

A regressão da indústria de transformação contrasta com os resultados positivos dos ramos de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%) e construção civil (3,6%), que não são afetados pela concorrência externa, além do extrativo mineral, em virtude do esforço exportador despendido por grandes empresas brasileiras, direcionado, em grande proporção, ao suprimento do mercado chinês.

Acrescente-se que a produção da indústria de transformação diminuiu 3,9% no acumulado entre janeiro e fevereiro de 2012 frente ao mesmo período de 2011, influenciada por bens de consumo duráveis e de capital, que contabilizaram reduções de 15,4% e 14,6%, respectivamente. Ademais, a variação acumulada em doze meses encerrados em fevereiro de 2012 foi de -1,0%, o que constituiu o segundo comportamento negativo desde março de 2010 por esta base de confronto, sendo o primeiro registrado em janeiro de 2012. Os segmentos mais penalizados foram produtos de matéria plástica, metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico e material de transporte.

A freada no dinamismo do aparelho produtivo pode ser imputada à articulação entre distúrbios conjunturais e estruturais. Pela órbita conjuntural, salta aos olhos o atraso cambial, traduzido na apreciação do real ou na desvalorização do dólar em território nacional.

Mais especificamente, desde a eclosão do maior ciclo expansivo da economia mundial após a 2.^a Guerra, no início de 2004 – interrompido pela significativa turbulência que atingiu as nações avançadas no final da década passada –, a moeda brasileira teria contabilizado valorização de mais de 40,0%. Essa batida, em um cenário mundial de competição subordinado ao emprego de taxas de câmbio depreciadas, penalizou as exportações e favoreceu as importações, inviabilizando o funcionamento de um crescente grupo de atividades domésticas.

Por certo, a subida do real encontra raízes na própria inserção do esforço exportador do País na trajetória comercial exógena, amparada, em apreciável medida, na enorme velocidade de crescimento das economias emergentes, capitaneadas pela China, e na consequente elevação das cotações das *commodities* minerais, metálicas e agrícolas.

No entanto, a principal vertente explicativa dos desarranjos na estrutura de preços relativos do sistema econômico do País, em benefício do fortalecimento do câmbio, repousa na corrente financeira, formada pelo ingresso líquido excessivo de moeda estrangeira, em face das operações de arbitragem ensejadas pelo brutal hiato de remuneração acusado entre os papéis no mercado brasileiro e os bônus intermediados nas diferentes praças internacionais.

Essa situação tornou-se particularmente mais grave com o substancial acréscimo de liquidez monetária do planeta, ocorrido por meio de financiamentos abundantes e baratos, concedidos pelas autoridades das nações avançadas, principalmente o Federal Reserve Board (FED, banco central dos EUA), o Banco Central Europeu (BCE), o Banco da Inglaterra e o Banco do Japão, às instituições financeiras, a juros reais negativos.

De acordo com estimativas do Banco de Compensações Internacionais (BIS, o banco central dos bancos centrais), aquelas entidades oficiais teriam utilizado quase US\$ 9,0 trilhões, nos últimos três anos, em operações de socorro para resgate da solvência das instituições em colapso, centradas em estatização de bancos em condições falimentares e compra de papéis de passivos soberanos manifestados pelos Estados.

Tais cifras vêm sendo hospedadas em títulos do tesouro de países altamente endividados, de reduzida rentabilidade, casos da Espanha e Itália, em papéis de curto prazo do governo norte-americano ou no mercado interbancário dos EUA, que pagam entre 0% e 0,25% ao ano nas bolsas de *commodities* e, notadamente, em modalidades de ativos com retorno imediato das nações em desenvolvimento, dentre elas as ações das empresas e os títulos de rolagem da dívida líquida do setor público do Brasil, sendo que estes últimos desfrutam da segurança proporcionada pela garantia de recompra explícita nos contratos.

A valorização do real resultante da enxurrada de divisas estrangeiras tem levado o Banco Central (BC) a promover alguns ajustes, restritos à compra de dólares destinados a engrossar as reservas internacionais, aplicadas em bônus do tesouro norte-americano – e a instantânea esterilização da massa excedente de moeda nacional, através da emissão de letras financeiras do governo, lastreadas nas carteiras de renda fixa dos bancos – e ao uso de expedientes tributários, como a recente fixação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6,0% incidente nos empréstimos externos com intervalo de tempo de vencimento de até três anos.

Trata-se de medidas que, somadas à ressurreição do protecionismo baseado na majoração do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para as importações de veículos, revelam-se pouco eficazes ou até inócuas. De fato, nenhuma delas busca atacar as verdadeiras causas dos movimentos especulativos com a moeda.

O curso volátil está assentado nos juros estratosféricos pagos para o giro da dívida mobiliária do governo brasileiro – decorrentes dos dispêndios financeiros e de gastos correntes fixos e de difícil diminuição, como salários e previdência – e nas transações de empréstimos intercompanhias, responsáveis por quase 20,0% do montante de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) dirigidos ao País em 2011.

No que diz respeito aos juros, apesar dos cinco cortes consecutivos na taxa Selic, promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, fazendo-a descer de 12,5% ao ano, em julho de 2011, para 9,75% a.a., em março de 2012 – visando à reativação da economia, em harmonia com os

propósitos do Ministério da Fazenda –, o Brasil ainda é o campeão de juros reais (remuneração nominal menos a inflação projetada para doze meses) no planeta (4,2% a.a.), seguido por Rússia (3,4% a.a.) e China (2,0% a.a.).

Antes de proceder a uma incursão no terreno das distorções estruturais à expansão e diversificação mais abrangente da base econômica do País, notadamente da indústria, é prudente mencionar um levantamento da companhia KPMG acerca das principais despesas incorridas para a realização de negócios em 14 países (avançados e emergentes), abarcando os segmentos da indústria de transformação, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação e serviços.

Naquele trabalho, o Brasil aparece na 5ª posição na classificação das nações com menores custos, à frente das economias avançadas do Reino Unido, Holanda, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, Japão e EUA (referência). No entanto, apesar de ostentar dispêndios de produção 7,0% inferiores aos dos EUA, a atividade econômica seria mais cara no País quando confrontada com a de alguns emergentes como China (25,8% mais barata que os EUA), Índia (25,3%), México (21,0%) e Rússia (19,7%).

Essencialmente, a primeira barreira estrutural ao funcionamento adequado da matriz produtiva brasileira engloba a verificação da persistência de taxas de inflação no País em níveis superiores ao dobro da média internacional – em um ambiente de mercados abertos e de acirramento da concorrência entre as corporações no mundo –, alimentadas pelo déficit público e pela preservação dos mecanismos de correção automática de preços, tarifas, salários e contratos.

Uma segunda disfunção está relacionada ao campo do trabalho. Inferências do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), sediado nos EUA, denotam que os encargos sobre a folha de salários correspondem a 32,4% dos dispêndios totais com mão-de-obra na indústria de transformação, contra 21,4% nas economias avançadas, 27,0% no México e 17,0% na Coreia do Sul. Isto sem incluir os gastos com logística, que absorvem quase 8,0% do faturamento líquido das organizações.

Ainda no que tange às limitações impostas pelo mercado de ocupações, emerge a majoração dos salários reais médios, acima dos ganhos de produtividade das empresas e na contramão da trajetória internacional. Esse episódio é fruto da intensificação da formalização das relações de trabalho, do aumento da demanda e da escassez de oferta de mão de obra para os segmentos não qualificados da construção civil e especializados dos campos das novas tecnologias.

Um arranjo preliminar entre alguns indicadores da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física e da Pesquisa Mensal de Emprego e Salário (PIMES), ambas efetuadas pelo IBGE, proporciona verificar flagrante descompasso na relação entre as variáveis salário real e eficiência industrial, em favor da primeira, pós-crise internacional.

Tanto é assim que enquanto a eficiência fabril (aferida pela variação da produção pela do contingente empregado) cresceu 3,2% a.a., no período 2002-2007, a massa de rendimentos reais subiu 2,1% a.a. Já no lapso 2008-2011, nota-se inversão de tendência, com os ganhos de produtividade e a folha de salários reais variando 1,2% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

A terceira frente de impulsão dos estrangulamentos internos reside nas despesas com energia, grandemente pressionadas pela participação elevada e crescente dos impostos, que correspondem a mais de 1/3 do valor das tarifas cobradas de consumidores industriais, comerciais e residenciais.

Um quarto vetor de abalo à produção diz respeito à carga tributária brasileira, a redor de 35,0% do PIB, bastante acima da média dos países emergentes (25,0% do PIB). Dentre os setores produtivos, o fardo é particularmente mais pesado para a indústria de transformação, que representa 34,0% da arrecadação total, mesmo gerando 14,6% do PIB em 2011, a menor marca desde 1956. Ademais, a tributação incidente sobre as cadeias de produtos industriais equivale a 40,3% do preço final, conforme cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O quinto obstáculo enfeixa a transferência do diagnóstico de desindustrialização relativa, dos ambientes acadêmicos para as mesas de discussões, decisões e proposições de robustas entidades de classes representativas de empresários e trabalhadores. O fenômeno pode ser evidenciado pelo declínio da participação dos itens manufaturados no valor das vendas externas do País de 54,7% em 2002 para 36,7% em 2011, pela elevação do peso das importações nas aquisições totais de bens de capital para mais de 40,0% e pelo déficit comercial anual dos segmentos de alta tecnologia superior a US\$ 80,0 bilhões.

Nessas circunstâncias, a iniciativa de reedição do Programa Brasil Maior, em abril de 2012, por parte do executivo federal, consistiu em mais um pacote composto fundamentalmente por providências parciais, de fôlego limitado, centradas na ampliação das desonerações de impostos, dos estímulos às exportações e da oferta de crédito subsidiado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Do conjunto de vantagens fiscais e financeiras anunciado, que perfaz R\$ 60,4 bilhões, ou 1,5% do PIB, as novidades relevantes, em relação ao plano divulgado em 2011, englobam o alargamento da desoneração da folha de pagamento, antes restrita a 4 ramos, sendo três intensivos em fator trabalho, para 15 atividades. Concretamente, será substituído o recolhimento patronal de 20,0% para a previdência pela cobrança de uma alíquota de 1,0% a 2,0% sobre o faturamento das empresas, fora a parcela destinada às exportações.

A renúncia fiscal embutida nessa ação, projetada em mais de 7,0 bilhões/ano, poderá ser abrandada pela incidência adicional da alíquota do Pis/Cofins sobre as importações, equivalente à aplicada nos segmentos desonerados, e pela arrecadação extra do IPI de bebidas.

Houve também a zeragem do Pis/Cofins (antes de 9,65%) e diminuição do IPI (de 15,0% para 3,0%) para as operações ligadas ao Plano Nacional de Banda Larga, e o incremento dos recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,1 bilhões, compensando os cortes orçamentários anteriores, e do BNDES em R\$ 45,0 bilhões, incluindo a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) até 2013, com repasses previstos de R\$ 6,5 bilhões.

Como se vê, tanto a concepção da estratégia quanto a designação das medidas estão desatreladas de uma visão de busca de eficiência industrial e tecnológica de longo prazo. A exceção repousa no regime de benesses fiscais ao segmento automotivo, oferecido em troca do cumprimento de metas tangíveis de inversões em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de ampliação da contribuição de partes, peças e componentes nacionais até o ano de 2017.

No final das contas, enquanto os agentes sociais brasileiros continuarem abdicando ou postergando a discussão da negociação política e da execução das reformas institucionais de vulto, o setor produtivo continuará a exibir sinais de enfraquecimento, por conta do agravamento das deseconomias externas à porta das fábricas.

Por essa perspectiva, dentre as mudanças de base requeridas destacam-se a ampla reformulação e simplificação do arcabouço tributário (cuja carga cresceu 4,3% em 2011), ou desoneração geral, e da legislação trabalhista, a desindexação, a deflagração de consistentes ações visando à formação e capacitação de mão de obra, e o aprimoramento da eficiência e a redução dos dispêndios com transportes, nos distintos modais.

Igualmente destacável seria a necessidade de adaptação antecipada, principalmente do setor industrial, às nada desprezíveis alterações do perfil de demanda interna e externa, expressas, respectivamente, na significativa mobilidade social registrada pelo País nos últimos anos, nas discussões e acordos mundiais sobre o clima, e seus desdobramentos na matriz energética, e na liderança da China, que, por ostentar a condição de maior produtor e exportador de manufaturas do mundo, deve acentuar a especialização em tecnologia e serviços e diversificar os padrões de consumo.

Por certo, se as intenções manifestadas pelo governo federal saírem efetivamente do papel, podem representar alívio financeiro para alguns segmentos importantes da matriz econômica paranaense, facilitando o giro dos negócios da metalmeccânica e das cadeias produtivas articuladas a móveis, calçados, produtos têxteis e confecções, bastante afetadas pela queda da demanda externa, justificada pela desaceleração econômica dos EUA e do Japão e recessão na Europa, e pela concorrência imposta pelos produtos importados.

No final das contas, como se trata de paliativos, desfocados de um projeto estrutural voltado à construção de uma base econômica mais eficiente e competitiva, resta aos agentes públicos e privados atuantes no Estado continuarem defendendo, de forma intransigente, junto à esfera federal (executivo e legislativo), a discussão, negociação política e execução das reformas institucionais capazes de diminuir o custo Brasil, e o encaixe regional nos programas estratégicos capitaneados pelo governo federal e/ou apoiados pelas entidades multilaterais de crédito, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, particularmente em infraestrutura econômica e social.

É também crucial a continuidade e intensificação das ações do Programa Competitivo que, em pouco mais de um ano de vigência, conseguiu recolocar o Estado no mapa das intenções de investimentos dos grupos internacionais e nacionais, contabilizando protocolos que totalizam R\$ 16,4 bilhões e suplantam os anúncios feitos pelo setor privado no Paraná durante o período 2003-2010.